Carta ao senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel

As entidades representativas de docentes, técnico-administrativos e estudantes de Pós-Graduação e Graduação da UERJ (Asduerj, Sintuperj, APG e DCE) vêm respeitosamente trazer ao conhecimento do Sr. Governador, aproveitando sua presença na nossa Universidade, questões que nos têm preocupado.

A UERJ, constitui-se a maior universidade pública estadual no Rio de Janeiro. Só na capital encontra-se situada em 07 (sete) espaços educacionais, que compreendem o ensino, a pesquisa e a extensão, com destaque para o complexo de saúde, de ponta, formado pelo Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) e a Policlínica Piquet Carneiro (PPC). Em termos do estado, a UERJ está localizada em oito municípios, frequentando esses espaços 34.522 estudantes, desde a educação básica, passando por Ensino Médio, Graduação e Pós-Graduação. É pioneira na política de cotas para estudantes negros, indígenas, quilombolas, alunos oriundos da rede pública de ensino, pessoas portadoras de deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares, inspetores de segurança e da administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço, compreendendo 45% de nossos estudantes. O trabalho na Universidade é realizado com empenho e a dedicação de 2.741 docentes e 5.588 técnico-administrativos, sem deixar de lado os inúmeros funcionários terceirizados que trabalham na limpeza, na manutenção, na segurança e no restaurante universitário.

Na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a UERJ conta com 586 grupos de pesquisa, mais de mil pesquisadores cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), referente a todas as áreas do conhecimento, e desenvolve mais de 900 projetos de extensão. Além disso, apesar da crise a qual a UERJ foi submetida, ela ocupou, em 2019, o 13º lugar de melhor universidade do país, segundo o Ranking Universitário da Folha (RUF).

Entretanto, ao longo dos tempos, não temos sido valorizados pelos governos que se sucedem e a nossa preocupação é de que essa situação se mantenha. Ao final do ano anterior, o Regime de Trabalho Integral em Dedicação Exclusiva foi judicializado pelo Governo do Estado, intencionando impedir que os docentes que se aposentaram, e aqueles que vierem a se aposentar, levem o direito adquirido, como determina as Leis Estaduais 6.328/2012 e 8.267/2018, mesmo tendo contribuído sobre a parcela de Dedicação Exclusiva para o Rioprevidência. Da mesma maneira, as progressões e

promoções, tanto de docentes quanto de técnico-administrativos, vêm sendo travadas na Casa Civil ou simplesmente não são publicadas no DOERJ, o que impede a sua materialização. Com relação à questão salarial, os vencimentos dos trabalhadores da UERJ apresentam uma defasagem na ordem de 33,69% (trinta e três vírgula sessenta e nove por cento) contabilizados apenas o período entre os anos de 2014 e 2018, segundo os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. O referido estudo utiliza como base de cálculo o ano de 2014, entretanto a defasagem salarial remonta ao ano de 2001. Além disso, também nos falta a atualização do Adicional de Insalubridade, que deveria ser calculado sobre o vencimento-base, porém, é pago em cima do salário mínimo de 2014, ou seja, nem a atualização do salário mínimo foi feita. Assim também ocorre com as bolsas estudantis de Graduação, sem reajuste ao menos desde 2018 e de Pós-Graduação da FAPERJ, que não são reajustadas desde 2013. Consideramos também que o debate da assistência estudantil deve ser estendido, tendo em vista que a universidade tem campi por todo o Estado e estudantes oriundos de várias cidades. É imprescindível que os mesmos possuam a sua permanência estudantil resguardada, o passe livre, os restaurantes universitários devem ser ampliados e uma política de moradia estudantil.

Outra questão a nos chamar a atenção, no momento presente, refere-se ao Projeto de Lei nº 1798/2020, que cria uma Procuradoria na UERJ, recentemente encaminhado pelo Governo do Estado à ALERJ. Os argumentos do PL são muito caro para nós como, por exemplo, a importância da existência de um órgão que defenda juridicamente a UERJ e a valorização do servidor público concursado. Sendo a criação desse órgão tão importante para a Universidade, é fundamental que a nossa comunidade acadêmica participe da construção de acordo com seus interesses e debata dentro dos fóruns que o próprio Regimento da UERJ já estipula. Como se trata de atribuição estatutária da Universidade criar ou extinguir seus órgãos, reforçada pela autonomia administrativa e didático–científica definida na Constituição Estadual de 1989, temos um Projeto de Resolução que trata do tema, em debate pelo Conselho Universitário, instância máxima da Universidade.

Encerrando esta carta ao Sr. Governador, consideramos fundamental que a UERJ seja vista, pelo Governo do Estado, como solução para os diferentes problemas vividos pela sociedade fluminense. E nesse sentido, como precisamos desenvolver um trabalho socialmente referenciado e voltado para a melhoria de vida do povo fluminense

e desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, colocamo-nos à disposição do Sr. Governador para um diálogo aberto.

Deste modo, as quatro entidades da UERJ (Asduerj, Sintuperj, APG e DCE), que representam trabalhadores e estudantes, vêm solicitar uma reunião, o mais rápido possível, com o Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, cuja pauta relaciona-se aos temas expostos nessa carta.

Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 2020.

asduerj

Sindicato dos Trabalhadores em Universidades Públicas Estaduais - RJ
Sintuperj
Fundado em 31 de outubro de 2000

DCE UERJ

APG
ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUANDAS(OS) DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UERJ